

CAPÍTULO I

Os *Pós-Fordismos* e as suas Interpretações Contemporâneas:

Continuidades, Rupturas e Readaptações...

As análises mais recentes sobre o processo contemporâneo de reestruturação industrial que tem se desenvolvido no mundo, tem apontado para a existência de um novo modelo de produção divergente da base produtiva anteriormente estabelecida¹. A denúncia da existência de uma nova era informacional², do fim da história³, do fim da centralidade do trabalho⁴, do fim da divisão do trabalho⁵, do fim do movimento operário⁶, da nova divisão do trabalho⁷, mesclada com o aparecimento de novas

¹ DURAND, J. -P. Vers un Nouveau Modèle Productif. Paris, Syros, 1994.

² BELL, D. The Coming of the Post-Industrial Society. New York, Basic Books, 1973; TOFFLER, A. La Troisième Vague. Paris, Denoël, 1980; LOJKINE, J. La Révolution Informationnelle. Paris, PUF, 1992.

³ FUKUYAMA, F. La Fin de l'Histoire? In: Commentaire, no. 47, Automne, 1989. pp. 457-69.

⁴ GORZ, André. Adieux au Prolétariat. Paris, Editions Galilée, 1980; SUE, Roger. Vivre en l'An 2000. Paris, Albin Michel, 1985; SUE, Roger, Temps et l'Ordre Social: Sociologie des Temps Sociaux. Paris, PUF, 1994; OFFE, C. "Arbeitsgesellschaft": Strukturprobleme und Zukunftsperspektiven. Frankfurt am Main, Campus Verlag GmbH, 1984; OFFE, C. Trabalho & Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho. 2 vols. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991. (Biblioteca Tempo Brasileiro 85 e 89); MEDA, Dominique. Le Travail: Une Valeur en voie de Disparition. Paris, Aubier, Paris, 1995.

⁵ KERN, H. & SCHUMANN, M. La Fin de la Division du Travail. Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1992;

⁶ TOURAINE, A.; WIEVORKA, M.; & DUBET, François. Le Mouvement Ouvrier, Paris, Le Seuil, 1984.

⁷ DURAND, Claude. (Org.). La Nouvelle Division du Travail. Paris, L'Atelier, 1999.

tipologias das formas de organização da produção industrial tais como o toyotismo, a japonização, a niponização, o fujitsuísmo, o ohnoísmo, o sonyismo, o neotaylorismo, o neofordismo, o pós-taylorismo, o pós-fordismo⁸, bem como outras⁹, denunciam a necessidade de interpretação das mudanças ocorridas, pelo menos, nesses últimos vinte anos.

O que a maioria desses novos conceitos ou tipologias tentam trazer à tona do debate acadêmico, independente de suas possíveis nomenclaturas e rótulos é, sem dúvida nenhuma, a denúncia ou a afirmação de que existe uma mudança significativa no comportamento das forças produtivas capitalistas no mundo. Embora os nomes através dos quais se apresentam guardem, ou não, alguma similaridade, ou mesmo representem contextos sócio-econômicos distintos, a realidade é que são unívocos em representar um mesmo e único fenômeno.

Portanto, que tipo de transformações estariam ocorrendo ou prestes a ocorrer com o advento dessa nova fase de desenvolvimento capitalista? Estaria esse capitalismo apenas dando prosseguimento, isto é, continuando a sua trajetória anterior? Estaria esse em processo de ruptura perfazendo a passagem, ou a transição, de uma fase de seu desenvolvimento para uma outra nova etapa, fundamentalmente distinta? Ou, apenas, estaria esse arranjando-se e rearranjando-se de modo a apenas reestruturar-se e reequilibrar-se frente aos seus ciclos críticos?

Numa tentativa de dar conta da explicação desse conjunto de transformações, Sternberg¹⁰, ainda que numa perspectiva macro, identifica esse desenvolvimento contemporâneo das forças produtivas capitalistas com o aparecimento e sua conseqüente polarização em novas eras¹¹, assim descritas:

⁸ BOYER, R. & DURAND, J. -P. L'Après-Fordisme. Paris, Syros, 1993.

⁹ DOHSE, K. *et alli*. From "Fordism" to "Toyotism"? The Social Organisation of the Labour Process in the Japanese Automobile Industry. In: Politics and Society, 14, 2. 1985. pp. 115-46; CORIAT, B. Penser à l'Envers. Paris, Christian Bourgois Editeur, 1991; ELGER, T., & SMITH, C. Global Japanisation? London, Routledge, 1990; KENNY, M. & FLORIDA, R. Beyond Mass Production: Production and the Labour Process in Japan. In: Politics and Society, 16, 1. 1988. pp. 121-58; KENNY, M. & FLORIDA, R. Beyond Mass Production: The Japanese System and its Transfer to the US. Oxford, Oxford UP, 1993; OLIVER, N. & WILKINSON, B. The Japanisation of the British Industry. Oxford, Blackwell, 1988; WOOD, S. Le Modèle Japonais: Postfordisme ou Japonisation du Fordisme ? In: DURAND, J. - P. Vers un Nouveau Modèle Productif?. Paris, Syros, 1993; BOYER, R. & DURAND, J.-P., L'Après-Fordisme. Paris, Syros, 1994; OHNO, Taiichi. L'Esprit Toyota. Paris, Masson, 1989; WOMACK, J.; JONES, D. & ROOS, D. Le Système qui va Changer le Monde. Paris, Dunod, 1992.

¹⁰ STERNBERG, E. Transformations: The Eight New Ages of Capitalism. Buffalo - New York, State University of New York - Department of Planning and Design, 1993. *Documento Avulso*.

¹¹ Muito embora a noção de *era* esteja na ordem da representação de acontecimentos ou épocas fixas que tomam como base um sistema cronológico, ou em outras palavras, de períodos que se seguem no tempo, não é esse o sentido que o autor quer aqui se referir. Sternberg, muito pelo contrário, percebe essas *eras* como acontecimentos simultâneos. O autor entende que essa fase contemporânea da

- a) a primeira dessas eras seria a *era da informação*, na qual todo o processo de geração de riquezas seria dado pelo exercício do conhecimento, pela veiculação das atividades de informação e pelas potencialidades das tecnologias de informação.
- b) a segunda, seria a *era da pós-modernidade*, a qual estenderia a fronteira do consumo em toda a amplitude da vida social e privada, aí incluídas a estética, as artes, o lazer, a recreação e o prazer.
- c) a terceira, a *era da interdependência global*. Nesta identifica um sentido de uma globalização penetrante da produção, das finanças, da distribuição e do comércio dentro da economia contemporânea, em um processo que crescentemente conforma e modela as fortunas locais e nacionais.
- d) a quarta tendência identificada é a *era de um novo mercantilismo*, a qual Sternberg descreve como uma era em que as coalizões nacionais (indústria-governo-trabalho) buscam desenvolver a vantagem tecnológica estratégica como uma base para a prosperidade nacional.
- e) a quinta, funda-se como uma nova *era de controle corporativo* na qual as corporações globais e bancos exercem o poder sistêmico em cima de mercados, firmas e estados; moldam os padrões de consumo em todo o mundo e é dirigida por uma nova classe global de executivos e profissionais vivendo em cidades mundiais seletas.
- f) a sexta era é a da *especialização flexível*, caracterizada pelo exercício de novos princípios de produção, incluindo unidades especialistas de produção, gestão descentralizada e tecnologias versáteis e mão-de-obra, voltadas para a crescente satisfação dos mercados voláteis.
- g) a sétima é a *era dos novos movimentos sociais*, que se voltam para o esforço de humanizar o novo capitalismo e negociar para uma economia social destinada a incorporar os direitos das minorias e mulheres como também garantir a sensibilidade ecológica, a segurança econômica e as necessidades humanas básicas. Seu papel será de contrastar com os movimentos sociais da etapa anterior, ditos para serem organizados ao

redor de linhas de classe e nacionalidade, e freqüentemente em nome dos objetivos anti-capitalistas e anti-establishment.

- h) finalmente, Sternberg identifica a ascensão de uma *era de rejeição fundamentalista* em muitas partes do mundo da tecnocracia e do consumo da era da informação, em defesa de identidades territoriais ou étnicas arraigadas no pré-esclarecimento religioso ou nas tradições de valores comunitários.

Embora essa visão polarizadora se esforce em dar conta do conjunto, ela não é capaz de representar o fenômeno em toda a sua amplitude. Todavia, um aspecto bastante positivo se incorpora em sua mensagem: o de que todo esse conjunto de transformações não se dirige a um único ou poucos aspectos da realidade que a contempla. Muito pelo contrário, Sternberg percebe que essa mutação contemporânea tende a se projetar de modo difuso, afetando a vida em vários planos, sejam eles de natureza social, política, econômica, técnica, produtiva, bem como de outras. A mudança não é específica de um único setor, mas sim de toda a sociedade e das relações a ela subjacentes.

Todavia, mesmo considerando que a mudança tem esse caráter global, um ponto merece destaque: o das transformações sobre a base de produção das sociedades. Qual seria a verdadeira natureza das mudanças contidas nesse novo paradigma que se estabelece após o domínio hegemônico do modelo fordista? Qual, ou quais seriam os fatores impulsionadores ou o *motor* dessas transformações na base produtiva? Os movimentos macro e microeconômicos recentes? Os arranjos de natureza técnica? A reconcepção e reordenação do fator tecnologia e seu potencial? Os arranjos sociais dos atores que a engendram? Ou simplesmente a combinação de todos esses fatores?

No nosso entender, inúmeras são essas transformações e, muito maior, em natureza e escopo, são suas interpretações. A natureza do debate é ampla e comporta diversas categorias e patamares de análise. Assim, visando elucidar de modo geral os pontos levantados por essas questões, esse capítulo tem como finalidade apresentar e introduzir o debate das transformações dessa nova era, descrita como pós-fordista, bem como proceder a descrição das principais correntes teóricas que, ultimamente, tem se dedicado à interpretação de seu desenvolvimento.

I.1 - As Visões da Transição: Em Busca de um Novo Paradigma Explicativo do Novo Modelo Produtivo

O questionamento dessas transformações recentes do sistema capitalista tem se comportado como um debate atual e bastante controverso. A questão central reside na argumentação de que o tradicional e glorioso sistema de produção de nossa era teria se sucumbido definitivamente a um novo estágio, diferente de sua forma anterior. A esse novo estágio ou era, tal como muitas vezes enunciado, desmembra-se, tal como pudemos enumerar nas primeiras linhas desse capítulo, um sem fim de nomes e rótulos, os quais, de um modo geral, convergem naquilo que denomina-se de *pós-fordismo*. Destarte, tal como observado por Gough, esse debate estaria diretamente associado à idéia da mudança técnico-organizacional das sociedades. O problema da estagnação da economia capitalista mundial nas duas últimas décadas é entendido como uma crise da velha forma de organização social – o fordismo – e o surgimento de uma nova forma, o pós-fordismo¹². Dessa forma, esse último traduz-se como a expressão contemporânea de um debate clássico acerca do futuro do capitalismo, sua própria dinâmica e sobrevivência¹³.

O debate pós-fordista tem sido caracterizado por uma relativa heterogeneidade teórica e conceitual, uma grande amplitude e uma multiplicidade de pontos de vista. Todavia, a sua natureza caracteriza-se basicamente pelo questionamento acerca de sua continuidade ou descontinuidade em relação ao modelo anterior. Em outras palavras, questiona-se se a atual fase do desenvolvimento capitalista estaria associada a uma real ruptura com o modelo fordista de produção ou, por outro lado, a uma continuação desse modelo anterior em uma versão *cache*, ou com uma nova roupagem. Em relação a essa dicotomia entre a continuidade e a descontinuidade existe na literatura um grande polêmica em relação à tipologia ou nomenclatura a ser adotada para a representação da nova era capitalista. Assim ela pode ser vista em termos do *neo-fordismo*, o que sugere uma continuidade do modelo anterior; do *pós-fordismo*, o que denota uma genuína resolução da crise do Fordismo, ou seja, marca-se a ruptura com o modelo anterior; e, uma terceira via denominada de após-fordismo (oriunda do

¹² cf. GOUGH, Jamie. Where's the Value in 'Post-Fordism'? In: GILBERT, Nigel; BURROWS, Roger & POLLERT, Anna. Fordism and Flexibility: Divisions and Change. New York, St. Martin's Press, 1992. p. 31.

termo original francês *après-fordisme*), que designa um período que se segue ao fordismo ao invés de ser propriamente uma ruptura do mesmo.

Ainda sim, o debate apresenta uma característica de uma grande amplitude. Isto é, a atual fase do desenvolvimento capitalista não estaria comportando mudanças estruturais somente nos aparelhos produtivos, mas sim na estrutura da sociedade como um todo: nas estruturas econômicas, sociais, políticas, bem como também na estruturação urbana e organização espacial e temporal das cidades¹⁴.

A análise dos sistemas industriais, certamente, também não foge a essa regra. A leitura pós-fordista dos modelos de produção projeta-se sob um grande volume de contribuições críticas, cujas concepções, as quais também, não gozam de um único eixo ou tronco comum. De um modo geral, grande parte das contribuições tende a ser agregada em três grupos distintos, cada qual com uma orientação crítica, teórico-conceitual e metodológica que lhe são próprias e também diferentes: uma de natureza neo-schumpeteriana, que vai concentrar seus esforços no papel da tecnologia; uma segunda de natureza neo-smithiana, que vai se quedar para o papel do mercado e seu jogo específico; e, uma terceira, de natureza neo-marxista que, de modo diverso, vai se concentrar nas forças e nos mecanismos de sociedade.

¹³ cf. ELAM, Mark. Puzzling out the Post-Fordist Debate: Technology, Markets and Institutions. In: Economic and Industrial Democracy, vol. 11, no. 1, 1990. pp. 9-37.

¹⁴ cf. AMIN, Ash. (Ed.) Post-Fordism: A Reader. Oxford, Blackwell, 1994; HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. São Paulo, Loyola, 1992; JESSOP, Bob. Post Fordism and the State. In: AMIN, Ash. (Ed.) Post-Fordism: A Reader. Oxford, Blackwell, 1994.

I.1.1 - A Vertente Neo-Schumpeteriana: Determinação Tecnológica

Embora trazendo em seus bojo algumas similaridades e traços da matriz intelectual da vertente regulacionista¹⁵, essa corrente, surgida à partir da metade da década passada, através da produção intelectual de Christopher Freeman e Carlota Perez, na Science Policy Research Unit, da Sussex University, Reino Unido, bem como de seus colaboradores, associa seu desenvolvimento epistemológico crítico à temática do novo sistema tecnológico e do paradigma técnico-econômico¹⁶.

Num espectro mais amplo, essa corrente toma como ponto de partida de seu desenvolvimento intelectual uma releitura refinada do trabalho de Joseph Schumpeter sobre a noção dos longos ciclos de Kondratieff¹⁷ no desenvolvimento das economias capitalistas. Segundo essa teoria, que tende a identificar as fases do desenvolvimento capitalista em termos de seu conteúdo tecnológico, a história do capitalismo associa-

¹⁵ Embora não atingindo a amplitude da Teoria da Regulação percebe-se nesse conjunto teórico alguns traços comuns à primeira. Boyer e Roobeek denotam a existência de pontes ou elos de ligação entre as duas abordagens que se expressam por concordâncias nas visões sobre a natureza cíclica e sistêmica do desenvolvimento capitalista, a periodização e a dinâmica geral do fordismo, o significado do grau de interrelação entre o paradigma técnico-econômico (regime de acumulação) e o enquadramento sócio-institucional (modo de regulação), e a estabilidade da longa onda ou longo ciclo de desenvolvimento econômico. Para um maior aprofundamento, veja-se: BOYER, Robert. *Technical Change and the Theory of Regulation*. In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G.; & SOETE, L. (Eds.) *Technical Change and Economic Theory*. London, Frances Pinter, 1988; ROOBECK, A. The Crisis of Fordism and the Rise of a New Technological Paradigm. *Futures*, April, 1987. pp. 129-54.

¹⁶ Destacam-se aqui os trabalhos desenvolvidos ao longo dos anos 80 por Christopher Freeman e Carlota Perez e seus colaboradores da Science Policy Research Unit da Universidade de Sussex, com a seguinte produção intelectual: FREEMAN, C.; CLARKE, J.; & SOETE, L. *Unemployment and Technical Innovation: A Study of Long Waves in Economic Development*. London, Frances Pinter, 1982; DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G.; & SOETE, L. (Eds.) *Technical Change and Economic Theory*. London, Frances Pinter, 1988; FREEMAN, C. & PEREZ, C. *Structural Crisis of Adjustment, Business Cycles and Investment Behaviour*. In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G.; & SOETE, L. (Eds.) *Technical Change and Economic Theory*. London, Frances Pinter, 1988.

¹⁷ Os chamados ciclos de Kondratieff referem-se aos longos ciclos econômicos, ou ciclos seculares, de 40 a 60 anos, de variação (ascensão e declínio) da atividade econômica. Seu nome está associado ao seu criador, o economista e estatístico russo Nikolai Dmitrievitch Kondratieff (1892-1930), o qual foi ministro da Alimentação no governo provisório de Kerensky, logo após a grande revolução de fevereiro de 1917. De um modo geral, a maioria absoluta dos autores em economia admite a existência de três ciclos de Kondratieff no período que vai de 1790 até a Segunda Guerra Mundial, no século XX, muito embora a marcação dessas datas seja um problema de imprecisa conceituação. O primeiro Kondratieff estende-se até 1850, compreendendo 24 anos de alta e 36 anos de baixa; o segundo, entre 1850 e 1896, corresponde a 23 anos de alta e 23 anos de baixa da atividade econômica; e o terceiro, de 1896 a 1940, com 20 anos de alta e 20 anos de baixa. Para um maior aprofundamento, veja-se: BOSSERELLE, Eric. *Le Cycle Kondratieff: Théories et Controverses*. Paris, Masson, 1994; GOLDSTEIN, Joshua. *Long Cycles: Prosperity and War in the Modern Age*. London, Yale University Press, 1988; GRANGEAS, Geneviève. *Croissance, Cycles Longs et Répartition*. Paris, Economica, 1991; KONDRATIEFF, Nikolai Dmitrievitch. *Les Grands Cycles de la Conjoncture*. Ed. établie et présentée par Louis Fontvieille. Traduction par Irène Cahuet et Irina Peaucelle. Paris, Economica,

se estritamente com a história das revoluções tecnológicas e, a fase atual do desenvolvimento capitalista, o pós-fordismo, que estaria associado a chegada do quinto ciclo de Kondratieff, estaria identificada com a *ditadura* das tecnologias de informação.

De acordo com a teoria schumpeteriana, essa corrente sustenta a tese de que as longas ondas, de algo em torno de 50 anos de duração, transmitem um processo de *destruição criativa* e mudanças de longo prazo na base tecnológica da economia. Desse modo, “o impulso fundamental que ajusta e mantém a máquina capitalista em movimento é oriundo dos novos bens dos consumidores, dos novos métodos de produção e transporte, dos novos mercados, e das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria”.¹⁸

Para Freeman & Perez, a próspera transição de uma longa onda para outra é dependente, em primeiro lugar, dos saltos quantitativos (*quantum leaps*) da produtividade industrial, que são assegurados uma vez que os avanços pioneiros na tecnologia são difundidos ao longo da economia. Em segundo lugar, é dependente, também, da configuração das inovações no quadro das normas sócio-institucionais e das regulações, de modo facilitar a sua difusão. Uma vez que essas condições são satisfeitas, uma nova onda de crescimento pode ser considerada como em estado de transição, com um paradigma técnico-econômico distinto do anterior e que estabelece um novo modelo na economia.

A natureza sistêmica das revoluções tecnológicas é um dos fatores que dá origem à noção de paradigma técnico-econômico. Cada revolução é composta de um conjunto de inovações radicais as quais introduzem um novo pacote de princípios na produção capitalista e definidos como a fronteira da *best practice*. À medida em que um estágio crítico da economia é percebido, torna-se penoso para as economias nacionais e as empresas optarem por um novo regime tecnológico. Essas tornam-se prisioneiras de uma trajetória universal de desenvolvimento.

Cada paradigma técnico-econômico desdobra-se em uma contribuição crucial, ou num fator chave, na produção, o qual é capaz de desenvolver um papel de condutor do processo, uma vez preenchidas as seguintes condições: a) um custo relativo descendente, de forma rápida ou não, e claramente percebido; b) uma provisão quase

1992; SCANDELLA, Luigi. *Le Kondratieff: Essai de Théorie des Cycles Longs Economiques et Politiques*. Paris, Economica, 1998.

ilimitada para todas as razões práticas; c) um potencial penetrante na esfera produtiva; d) uma capacidade de reduzir o custo e mudar a qualidade do equipamento, do trabalho, e de outros elementos do sistema¹⁹.

Por outro lado, não obstante a importância desse primeiro conjunto, essa corrente atribui um peso considerável sobre os fatores sócio-institucionais, muito embora esse último seja forçosamente subjugado ao conjunto técnico-econômico. Assim, a transição de um paradigma técnico-econômico para o seu conseqüente, promove uma igual e profunda transformação do quadro institucional e social²⁰.

Todavia, dada a aparente fragilidade ao ambiente contextual, a história do capitalismo comporta-se como aquela na qual as novas forças técnico-econômicas sempre iniciam as mudanças, enquanto que as tradicionais forças sócio-institucionais, também, de modo análogo, sempre emolduram a eventual reação do sistema.

Assim, nesse contexto, e em relação ao pós-fordismo, o nascente paradigma das tecnologias de informação tem constantemente oferecido uma visão expressa do futuro e tem convencido da necessidade de uma grande reacomodação do comportamento social e das instituições, de modo a facilitar um novo e harmonioso período de crescimento sustentado²¹.

Para os autores, nessa nova era, a época atual, considerada como a era do avanço do *quinto Kondratieff* e do paradigma da tecnologia da informação, o fator chave desse processo de transformação recai sobre a micro-eletrônica, a qual vem de modo crescente conduzindo o senso comum técnico e organizacional.

A passagem da era da produção em massa, concebida por esses como o quarto Kondratieff ou o quarto longo ciclo, é vista como suportada pelas tecnologias eletromecânicas, pelos produtos das indústrias de consumo de massa, e pelo petróleo e seus derivados químicos como fontes de energia pouco onerosas. Sua crise, todavia, é devida ao efeito depressivo do crescimento da competição oligopolística em um contexto de amadurecimento tecnológico: um processo que limita os ganhos de

¹⁸ SCHUMPETER, Joseph. Capitalism, Socialism and Democracy. London, Allen and Unwin, 1979. pp. 38.

¹⁹ cf. PEREZ, Carlota. Structural Change and Assimilation of New Technologies in the Economic and Social System. In: FREEMAN, Christopher. Design, Innovation and Long Cycles in Economic Development. London, Pinter, 1986. pp. 32; FREEMAN, Christopher; & PEREZ, Carlota. Structural Crisis of Adjustment, Business Cycles and Investment Behaviour. In: ; DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; SILVERBERG, G.; & SOETE, L. (Eds.) Technical Change and Economic Theory. London, Frances Pinter, 1988. pp. 48

²⁰ cf. FREEMAN, C.; & PEREZ, C. *op. cit.* 1988. pp. 57

²¹ *Idem.* pp. 59

produtividade em consequência direta ao crescimento dos salários, preços, e na ineficiência geral das grandes empresas. Entretanto, também de modo importante, essa crise é relacionada à inadequabilidade entre um paradigma técnico econômico emergente, capaz de renovar o crescimento e o suporte do quadro sócio-institucional do quarto Kondratieff. Para Freeman & Perez o legado institucional do paradigma precedente é lento nas mudanças, prevenindo, assim, a ampla difusão dos benefícios da inovação ao longo da economia. Essa inércia é caracterizada não somente em termos da falência das políticas dos governos neoliberais contemporâneos, destinadas a prover ações de política industrial dirigidas e coordenadas, mas também, pelas dificuldades e atrasos das mudanças dos hábitos socioculturais e das normas sobre o conjunto das instituições constitutivas do quadro sócio institucional (atitudes do trabalho e do capital, relações industriais, organização do trabalho, expectativas industriais, prioridades legislativas e políticas, etc...).

Não obstante os esforços empregados na construção dessa corrente teórico-conceitual, recaem sobre ela numerosas especulações críticas, colocando-a como uma teoria tecnologicamente determinista, uma vez que subordina o desenvolvimento da sociedade a todo e qualquer movimento da estrutura técnico-econômica. Para a maioria dos críticos, a ela dirigida, existe uma tendência predominante de reduzir as significantes mudanças qualitativas do capitalismo aos chamados fatores chave e aos conteúdos tecnológicos. Assim, postula-se a corrente como difusora de um *reduccionismo* científico, embora os autores estejam atentos para a excessiva ênfase no papel radical das inovações técnicas, a qual procuram aliviar seu peso com a introdução de elementos analíticos adicionais. Nesse sentido, tal como afirmou Perez "(...) os longos ciclos de Kondratieff não são simplesmente definidos como fenômenos técnico-econômicos. Eles se definem como manifestações, mensuráveis em termos econômicos, do comportamento harmonioso ou não do *sistema sócio-econômico e institucional total*"²².

Ainda sim a autora procura se defender dessas críticas, negando, de modo contundente, que seu construto analítico seja uma abordagem de natureza tecnológico-determinista, uma vez que, o modo no qual o ambiente sócio-institucional é adaptado

²² cf. PEREZ, Carlota. *op. cit.*, 1986. pp. 27

ao paradigma sócio-econômico pode tomar uma ampla variedade de formas, fazendo com que seu resultado final seja dependente do conflito social estabelecido²³.

A questão colocada tende a extrapolar as fronteiras do nosso debate e, não nos cabe aqui levá-lo à cabo. Porém, à guisa de uma pequena conclusão, concordamos com Pelaéz & Holloway, quando afirmam, iluminados pelo marxismo, que o argumento tecnológico-determinista da abordagem neo-schumpeteriana consiste, fundamentalmente, no próprio determinismo, embora modificado, da abordagem pós-fordista: "pode-se aparar as arestas e lapidar o objeto, mas basicamente a força da trajetória tecnológica conduz a sociedade e estabelece os limites dentro dos quais somos livres para escolher²⁴.

I.1.2 - A Vertente Neo-Smithiana: Supremacia do Mercado

Uma outra leitura possível para o pós-fordismo é dada pela teoria de Piore & Sabel e seus colaboradores, qual seja, a da Teoria da Especialização Flexível²⁵. Este novo enfoque procura pautar-se através do que seus idealizadores chamam de *segunda ruptura industrial*. Tomando como referência as noções e conceitos desenvolvidos ao

²³ cf. PEREZ, Carlota. Microelectronics, Long Waves and World Structural Change: New Perspectives for Developing Countries. In: World Development. Vol. 13, 3. 1985. pp. 446

²⁴ cf. PELAÉZ, Eloina; & HOLLOWAY, John. Learning to Bow: Post-Fordism and Technological Determinism. In: BONEFELD, Werner; & HOLLOWAY, John (Eds.). Post-Fordism & Social Form: A Marxist Debate on the Post-Fordist State. London, McMillan, 1991. pp. 138-9

²⁵ Embora Michael Piore & Charles Sabel sejam os precursores da teoria da especialização flexível, destaca-se a contribuição de alguns outros autores à corrente teórica. cf. PIORE, M.; & SABEL, C. The Second Industrial Divide. New York: Basic Books, 1984; PIORE, M. Notas sobre as Trayectórias Tecnológicas. In: Revista de Economia y Sociología del Trabajo, (7), marzo, 1990; PIORE, M. La Reforma de las Sociedades en la Industria Manufacturera Americana y el Desafío a la Teoría Económica. In: Información Comercial Española, (658), junio, 1988; SABEL, C. Trabajo y Política: La División del Trabajo en la Indústria. Madrid: Ed. Ministério de Trabajo y Seguridad Social, 1985; GOODMAN, E.; BAMFORD, J. & SAYNOR, P. (eds.). Small Firms and Industrial Districts in Italy. London, Routledge, 1989; SABEL, C. *et. all.* Regional Prosperities Compared: Massachussets and Baden-Würtemberg in the 1980's. In: Economy and Society, (18), (4), 1989. pp. 374-404; SMITH, C. Flexible Specialisation, Automation and Mass Production. In: Work, Employment and Society, (3), (2), June 1989. pp. 203-4; SABEL, C. Möbius-Strip Organisations and Open Labor Markets. In: BOURDIEU, P. & COLEMAN, J. Social Theory for a Changing Society. Boulder, Westview Press - Russel Sage Foundation, 1991. pp. 23-46; WILLIAMS, K.; CUTTLER, T.; WILLIAMS, J., & HASLAM, C. The End of Mass Production? In: Economy and Society, (15), (3), 1987; MURRAY, F. Flexible Specialisation and the Third Italy. In: Capital and Class, (33), 1987.

longo da teoria neo-smithiana do *dualismo industrial*²⁶, de Charles Sabel, os autores percebem que o capitalismo moderno do século presente, em função do esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial sob o qual se assenta a produção em série, é acometido ao longo de sua existência por sucessivas crises. Essas, por volta dos anos 70, vão causar uma crise geral de regulação do sistema capitalista, gerando pois, breves momentos nos quais se observa e se questiona o rumo do desenvolvimento tecnológico a nível global²⁷.

Este corpo de especulações teóricas, partindo da análise das possíveis alternativas ao fordismo, anunciada com a *segunda ruptura industrial*, tem como pressuposto fundamental o ressurgimento de um novo modelo de relações capitalistas de produção, marcado pelo aparecimento e pulverização de formas artesanais de produção através de redes de empresas, as quais passam a dispor de equipamentos flexíveis e trabalhadores qualificados, os quais, por sua vez, constituem uma comunidade industrial única e plenamente crédula da competência favorável à inovação.

A teoria parte de um diagnóstico claro e evidente: a atual crise dos países capitalistas avançados obedece fundamentalmente ao esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial baseado na produção em série. O prognóstico para o futuro é pessimista, ao menos que se faça uma opção por um macro-programa de reestruturação social que modifique: a) o tipo de controle de mercado de trabalho que exercem os sindicatos; b) os instrumentos de controle macroeconômico desenvolvidos pelo Estado de Bem-Estar Social, e; c) as regras do sistema monetário internacional

²⁶ Essa chamada Teoria do Dualismo Industrial surgiu e desenvolveu-se no contexto sócio-econômico e industrial dos Estados Unidos nos anos 70. De um certo modo visava explicar as condições e as razões porque as sociedades industriais do contexto capitalista ocidental apresentavam uma grande dicotomia entre o padrão dos países desenvolvidos e os em desenvolvimento, tais como a estrutura das empresas, a organização do setor industrial e a estrutura do mercado de trabalho. Assim, nessa análise, os autores propõem como fundamento explicativo uma releitura da economia política clássica, assentando seus pressupostos na chamada teoria smithiana da tecnologia. Segundo essa leitura analítica o desenvolvimento das forças produtivas enquadrar-se-ia basicamente na argumentação de que: a) a produtividade é uma função crescente da divisão do trabalho, e; b) a divisão do trabalho é limitada pela extensão do mercado. Assim, para tentar explicar o novo estágio do desenvolvimento capitalista, que Piore & Sabel denominam especialização flexível, os autores fazem uma reinversão dessa teoria dualista, assegurando a influência smithiana através da força prefigurativa dos mercados. Para um maior aprofundamento, veja-se: BERGER, S. & PIORE, M. (Eds.). Dualism and Discontinuity in Industrial Societies. Cambridge. Cambridge University Press, 1980; SABEL, C. Work and Politics. Cambridge, Cambridge University Press, 1982; PIORE, M.; & SABEL, C. The Second Industrial Divide. New York: Basic Books, 1984; SABEL, C. & ZEITLIN, J. Historical Alternatives to Mass Production: Politics, Markets and Technology in Nineteenth Century Industrialisation. In: Past and Present, 108. pp. 133-76.

²⁷ cf. PIORE, M.; & SABEL, C. *op. cit.*, 1984.

que se estabeleceram depois da Segunda Guerra Mundial. Todas estas instituições estão defasadas, na medida em que não mais conseguem ajustar de uma maneira viável, a produção e o consumo de bens. Trata-se, todavia, de uma crise de regulação que, porém, apesar do nome, não coincide com a escola francesa de regulação, a qual considera que o Estado não é o único agente equilibrador, já que o sistema em seu conjunto pode auto regular-se²⁸.

Portanto, para os autores idealizadores, a economia global passa a sobreviver basicamente dois modos ou modelos voltados para a busca e retomada do crescimento, qual sejam por um lado o keynesianismo internacional, e por outro a estratégia de especialização flexível.

Pelo primeiro, reforça-se o modelo da base produtiva fundamentada na produção seriada regulada por condições especiais, tais como, o crescimento da demanda internacional, uma maior estabilidade do ambiente empresarial, e uma redistribuição da capacidade produtiva entre os países avançados e os países de industrialização recente, baseada em uma reformulação das políticas do FMI e do GATT.

E pelo segundo, através da estratégia de especialização flexível, segundo a qual o novo padrão econômico reestruturar-se-ia pelo surgimento de formas ou arranjos flexíveis, tais como, as formas artesanais de produção através de redes de empresas de equipamentos flexíveis e trabalhadores qualificados, fundamentados na inovação e nos princípios de cooperação, qualidade, flexibilidade, e unidade entre planejamento e execução.

Para os autores, qualquer das duas vias são possíveis, já que estamos vivendo tempos incertos de ruptura industrial que, em definitivo, é o pano de fundo da crise de regulação. As rupturas industriais são os breves momentos em que se questiona o rumo do desenvolvimento tecnológico, nos quais as sociedades podem eleger a construção de seu futuro sobre uma ou outra alternativa. A primeira ruptura teve lugar no século XIX com a aparição das tecnologias próprias do sistema de produção em série, primeiro na Grã-Bretanha e logo nos Estados Unidos, que limitaram a expansão de outras tecnologias menos rígidas, encarnadas nos sistemas artesanais de produção existentes em algumas áreas da Europa Ocidental. A segunda ruptura é contemporânea, começa com o estancamento do sistema econômico internacional nos

²⁸ cf. *Ídem*. pp. 13-4.

anos 70 e continua até nossos dias. Em que pese a distância temporal entre as duas rupturas, as opções possíveis são as mesmas: produção em massa ou especialização flexível, as duas trajetórias tecnológicas que servem de base para contrastar a realidade histórica contemporânea.

A trajetória do processo de produção em série implicaria, cada vez mais, na busca do crescimento e da inovação tecnológica através da intensificação dos processos de divisão do trabalho, cujas características, do ponto de vista das estruturas institucionais da economia são representadas pelas: a) economias de escala das organizações; b) especialização dos recursos produtivos, e; c) separação, no contexto produtivo, entre a concepção e a execução. A trajetória da especialização flexível, por outro lado, estaria articulada sobre princípios opostos: a cooperação, a qualidade, a flexibilidade e a união entre concepção e execução, supostamente reforçada pela contínua introdução e aplicação da informática aplicada aos sistemas de produção²⁹.

O cenário da atual ruptura está construído sobre um pressuposto central: o declínio da produção em massa, já alcançou os limites de sua expansão, não somente porque os mercados para a produção em série estão saturados, mas bem como porque a demanda encontra-se atualmente muito mais fragmentada e, cada vez mais passa-se a requerer mais produtos, cujo principal atrativo reside na qualidade do que em vantagens de baixo preço dos mercados de massa. Esta situação cria as condições necessárias para que se estabeleçam redes de empresas dinâmicas que possam beneficiar-se das oportunidades que oferecem as tecnologias flexíveis para produzir bens adaptados ao cliente, criando pois, nichos de mercados diferenciados.

O conceito de especialização flexível, por si, tem se ampliado de forma bastante ampla e dinâmica. Desde sua significação mais pragmática, qual seja a de *indústria domiciliar de alta tecnologia*, até a extensão do conceito a processos que se desenvolvem dentro das organizações de produção em série tipicamente fordistas, ampliou de forma considerável a natureza de seu debate. Uma vez que o conceito de especialização flexível representa não mais uma organização particular das pequenas empresas nem se estabelece através dos distritos industriais, os autores tendem a ampliar seu significado e projetá-lo sobre os sistemas de produção em série. Portanto, Piore insiste em distinguir três tipos de produção em massa: a produção em massa

²⁹ cf. PIORE, M. *op. cit.*, 1990. p. 111.

clássica, a produção em massa com variações, e a produção em massa de caráter flexível³⁰.

Com relação à materialização da flexibilidade nas grandes organizações, Sabel acredita que se faz necessário a concepção de novos conceitos de organização do trabalho, os quais, provavelmente guardam pouca relação com os atuais. Seu primeiro argumento, refere-se ao fato de que para enfrentar as turbulências dos mercados, faz-se necessário ampliar as tecnologias de uso geral, bem como resguardar as tecnologias menos flexíveis. Uma das consequências destas estratégias de redistribuição do risco, manifesta-se no surgimento de estruturas de produção, as quais, por um lado, se diluem das distinções hierárquicas e os limites entre as empresas e, por outro, os limites entre estas e as instituições locais. A estas estruturas de produção denomina, o autor, de *metacorporações* ou *organizações tipo cinta de Möbius*: a primeira, pelo fato de que podem ser facilmente redesenhadas e, a segunda, porque recordam a cinta de Möbius, na qual, uma vez unidos seus dois extremos, previa-se uma torção de 180 graus de modo a obter-se uma superfície unilateral.

A idéia de metacorporação não se aplica somente ao setor industrial, objeto de sua análise, mas sim, também, extensível às grandes empresas do setor de serviços, bancos e comércio. A incerteza à crise atual favorece este novo tipo de organização, especialmente, pela imperiosa necessidade de redução dos custos de tempo de desenvolvimento dos produtos, uma vez que o processo de comercialização tende a durar muito pouco e a substituição a ser muito rápida. Deste modo, faz-se necessário uma reorganização total do trabalho que reintegre a unidade entre a concepção e a execução em toda a seqüência do processo produtivo, sem diferenciá-las em etapas, departamentos e pessoal, tal como ocorre na produção em série.

Ainda que a metacorporação seja uma idéia mais prospectiva do que real, Sabel antecipa que esta reintegração tem consequências que já podem ser percebidas em tempo presente, tais como, por exemplo:

- a) se diluem as diferenças hierárquicas, porque todos participam e os cargos diretivos tendem a formar-se através da rotação por diferentes trabalhos em diferentes unidades operativas;
- b) o pessoal encarregado das tarefas de planificação, contabilidade, investigação, etc..., reduz-se drasticamente nas oficinas centrais e se

³⁰ cf. PIORE, M. *op. cit.*, 1988. pp. 149-50.

- distribui a outras empresas, sejam ou não subsidiárias. O objetivo é que a metacorporação possa ser mais uma federação de empresas do que uma simples entidade organizacional;
- c) se estabelecem acordos de colaboração entre empresas acerca da base da mútua confiança para desenhar novos produtos, com o qual, torna-se possível a redução de riscos e custos;
 - d) proliferam constantemente os chamados projetos integrados de engenharia que podem durar cinco ou mais anos, a cargo de equipes interdisciplinares, que incluem diretores, técnicos e operários, e;
 - e) finalmente, se disseminam os limites entre a economia e a sociedade regional. O conhecimento local, anteriormente disperso, passa a se integrar em projetos de desenvolvimento.

É evidente que, na medida em que estas novas estruturas organizacionais se estendem, também se incrementam as exigências de novas habilidades, incluindo a de saber cooperar. Entretanto, de modo paradoxal, pelas mesmas razões que se reintegram a concepção e a execução, também gera-se um tipo particular de emprego. Nestas circunstâncias, os trabalhadores não podem esperar uma relação a longo prazo com nenhum empregador e, embora alguns se convertam em empresários, outros deverão garantir seu trabalho através da participação nas diversas redes sociais que cruzam a comunidade. Sabel descreve esta situação como um mercado de trabalho aberto, de modo a distingui-lo, tanto dos mercados de trabalho artesanais que se estruturam em torno das conexões tradicionais com materiais e processos, bem como dos mercados de trabalho da produção em série, que normalmente estabelecem um emprego a longo prazo em uma empresa claramente delimitada.

A tentativa de associação dessa nova fase do desenvolvimento capitalista, o pós-fordismo, a esse paradigma de especialização flexível, logo encontrariam seus limites. Como todo modelo ou esboço teórico, os esforços de Piore & Sabel encontram suas fraquezas. Não são poucos os autores que se opõem a esse modelo e tecem suas críticas mais contundentes³¹. No entanto, dentre esse conjunto pode-se

³¹ Um bom exemplo dessas depreciações críticas ao paradigma da especialização flexível pode ser alcançada nos seguintes autores e respectivos trabalhos: ASHEIM, B. Flexible Specialisation Industrial Districts and Small Firms: A Critical Appraisal. In: ERNSTE, H. and MEIER, V. (eds.). Regional Development and Contemporary Industrial Response: Extending Flexible Specialization. London, Belhaven, 1992; SOLO, R. Across the Industrial Divide. Journal of Economic Issues, 19, 1985. pp. 829-

evidenciar o argumento de que essa teoria é construída em torno de um argumento de contraposição dualista (produção em massa versus especialização flexível), o qual não somente procura tipificar cada paradigma industrial (passado rígido versus futuro flexível, fordismo desqualificado versus especialização flexível qualificada), como também reduz a grande variedade de modelos industriais oriundos da ruptura a um número restrito de novos paradigmas. Por outro lado, a crítica mais importante, a nosso entender, recai sobre o fato de que os autores são freqüentemente rotulados de ingênuos ao demonstrarem a crença da ampla possibilidade do retorno do paradigma industrial do artesanato, uma vez que as arraigadas estruturas do fordismo tendem muito mais a persistir e a se readaptar às novas circunstâncias do que simplesmente desaparecer no tempo. A reversão histórica constitui-se como um processo de difícil acontecimento, ou por senão impossível.

I.1.3 - A Vertente Neo-Marxista: Regulação Institucional

Uma terceira leitura, e que apresenta um volume bem maior de contribuições a temática do pós fordismo, pode ser dada pelas correntes críticas de orientação marxista, que ora denominamos de vertente neo-marxista³². Nessa vertente, além do grande número de contribuições críticas acerca da sustentação do modelo fordista de

36; FRANKEL, B. The Post-Industrial Utopians. Cambridge, Polity Press, 1987; WILLIAMS, K., CUTLER, T., WILLIAMS, J. and HASLAM, C. The End of Mass Production? Economy and Society, 16 (3), 1987. pp. 405-39; SAYER, A. and WALKER, R. The New Social Economy: Reworking the Social Division of Labour. Oxford, Blackwell, 1992; AMIN, A. and ROBINS, K. The Re-emergence of Regional Economies? The Mythical Geography of Flexible Accumulation. Environment and Planning the Society and Space, (8), 1, 1990. pp. 7-34; HYMAN, R. Plus ça Change? The Theory of Production and the Production of Theory. In: POLLERT, A. (ed.). Farewell to Flexibility? Oxford, Blackwell, 1991; : POLLERT, A. (ed.). Farewell to Flexibility? Oxford, Blackwell, 1991; JESSOP, B. Post-Fordism and Flexible Specialisation: Incommensurable, Contradictory, Complementary, or just Plain Different Perspectives? In: ERNSTE, H. and MEIER, V. (eds.). Regional Development and Contemporary Industrial Response: Extending Flexible Specialization. London, Belhaven, 1992; LEBORGNE, D. and LIPIETZ, A. Conceptual Fallacies and Open Questions on Post-Fordism. In: STORPER, M. and SCOTT, A. J. (eds.). Pathways to Industrialisation and Regional Development. London, Routledge, 1992; CURRY, J. The Flexibility Fetish: A Review Essay on Flexible Specialisation. Capital and Class, 50, 1993. pp. 99-126; HARRISON, B. Lean and Mean: The Changing Landscape of Corporate Power in the Age of Flexibility. New York, Basic Books, 1994.

³² Embora aqui se use a tipologia neo-marxista, essa não representa somente os estudos característicos da fase identificada pelo neo-marxismo, isto é da fase contemporânea da produção científica orientada

produção, enquadram-se diversas outras correntes e autores isolados³³. Todavia, centramos nossa atenção especificamente no conjunto de contribuições pertencentes ao quadro teórico da Escola Francesa da Regulação³⁴, por considerá-la a que de modo mais abrangente estabelece uma crítica da transição dos modelos.

e fundamentada pela obra de Marx, mas sim de uma ampla gama de autores isolados e de escolas teóricas, que também gozam da mesma peculiaridade.

³³ Cabe aqui, e mesmo vale à pena, citar as contribuições desenvolvidas por outros autores pós-fordistas como David Harvey e Micheal Burawoy. Veja-se: HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. Loyola, 1992; BURAWOY, Michael. Manufacturing Consent. Chicago, Chicago University Press, 1979; BURAWOY, Michael. The Politics of Production. London, Verso, 1985.

³⁴ Essa Escola, também conhecida como Teoria da Regulação ou Escola Regulacionista, surge no decorrer da década de 70, na França, à partir das contribuições críticas de Michel Aglietta (AGLIETTA, 1979, 1982a) e Alain Lipietz (LIPIETZ, 1987). Emergente em parte da contribuição crítica marxista, a corrente, ao longo do tempo, ampliou seu escopo de influências incorporando também contribuições teóricas e conceituais das vertentes keynesiana, kaleckiana e kaldoriana. Assim a Escola, abre um largo espectro de abordagens que variam dos focos econômicos e sociais, às análises nos níveis nacionais (interno aos países) e internacionais (externo aos países). No foco econômico nacional, objetivando-se o estudo dos regimes nacionais de acumulação e os modos de crescimento econômico, predominam as análises de Aglietta (AGLIETTA, 1979) sobre o fordismo americano, de Mjösset (MJÖSET, 1987) sobre os modelos nórdicos, de Boyer (BOYER, 1979) sobre a relação salarial macroeconômica, e de Mazier (MAZIER, 1982) sobre os fenômenos de crescimento e crise. No outro foco econômico, embora no plano internacional, objetivando-se o estudo dos modos de regulação internacional e crescimento, encontramos outras as análises de Aglietta (AGLIETTA, 1982) acerca das complementariedades, também uma vez mais de Lipietz (LIPIETZ, 1982) sobre o fordismo periférico, de Mistral (MISTRAL, 1986) sobre os espaços internacionais, e de Ominami (OMINAMI, 1986) sobre a crise do Terceiro Mundo. Já no foco social ao nível nacional, visando-se o estudo dos modelos complexos de socialização ou as estruturas sociais de acumulação no nível nacional, destacam-se as contribuições de Hirsch and Roth (HIRSCH & ROTH, 1986) sobre o modelo alemão, de Gordon (GORDON, 1980) sobre as estruturas sociais de acumulação, de Davis (DAVIS, 1985) sobre o Reaganismo, e de Jessop (JESSOP, 1986) acerca do estado de bem-estar. No outro polo, foco social ao nível internacional, examinando-se a socialização internacional, isto é, as complementariedades entre as estruturas internacionais emergentes e estratégias de estabelecimento de uma ordem global através de regimes internacionais, destacam-se os trabalhos de Beaud (BEAUD, 1987) sobre as hierarquias globais, e de outros colaboradores (KRASNER, 1983; HAGGARD & SIMMONS, 1987; WOLF & ZUERN, 1986) sobre os regimes internacionais. Para um maior aprofundamento acerca das contribuições e da Escola, veja-se: AGLIETTA, M. Regulación y Crisis del Capitalismo. Mexico, Siglo XXI, 1979; AGLIETTA, M. A Theory of Capitalist Regulation: The US Experience. London, New Left Books, 1979; AGLIETTA, M. Régulation et Crises du Capitalisme. Paris, Calmann-Levy, 1982a; AGLIETTA, M. Capitalism in the Eighties. New Left Review, 136, 1982b. pp. 25-35; LIPIETZ, A. Imperialism or the Beast of the Apocalypse. Capital & Class, 22, 1982. pp. 81-110; LIPIETZ, A. Akkumulation, Krisen und Auswege aus der Krise: Einige Methodische Ueberlegungen zum Begriff Regulation. Prokla, 58, 1985a.pp. 109-37; LIPIETZ, A. Le National et le Regional: Quelle Autonomie face à la Crise Capitaliste Mondiale? Couverture Orange CEPREMAP, no. 8521, 1985b; LIPIETZ, LIPIETZ, A. Behind the Crisis: The Exaustation of a Regime of Accumulation. A Regulation School Perspective on some French Empirical Works. Review of Radical Political Economy, 1986a; LIPIETZ, A. Mirages and Miracles. London, New Left Books, 1986b; LIPIETZ, A. La Regulation: Les Mots et les Choses. A Propos de la Théorie de la Régulation de Robert Boyer. 1987. Texto Avulso. Mimeo; LIPIETZ, Alain & LEBORGNE, Danièle. O Pós-Fordismo e seu Espaço. In: Espaço e Debates, nº 25, 1988. pp. 12-27; MJÖSET, L. Nordic Economic Policies in the 1970s and 1980s. International Organisation, 41, 1987. pp. 303-33; BOYER, R. Théorie de la Régulation: Une Analyse Critique. Paris: La Découverte, 1986a; BOYER, R. (ed.) Capitalismes Fin de Siècle. Paris, PUF, 1986b; BOYER, R. The Eighties: The Search for Alternatives to Fordism, 1987. Texto Avulso, Mimeo; BOYER, R. La Flexibilité du Travail en Europe. Paris: La Découverte, 1986c; MAZIER, J. Growth and Crisis – A Marxist Interpretation. In: BOLTHO, A. (ed.). The European Economy: Growth and Crisis. Oxford, Oxford University Press, 1982. pp. 38-71; MAZIER, J., BASLE, M. and VIDAL, J.-F. Quand les Crises Durent.... Paris, Economica, 1984; MISTRAL, J. Régime International et Trajectoires

No que concerne ao modelo em foco, a Escola Regulacionista tem um enfoque bastante peculiar e original. Elaborando suas premissas iniciais em torno da crítica marxista acerca da natureza mecânica e catastrófica do capitalismo³⁵, os autores vão erigir a argumentação de que as tradicionais forças técnico-econômicas e de mercado vão ser insuficientes para poder manter, por si mesmas, o próprio desenvolvimento equilibrado dessas forças produtivas³⁶. A manutenção e regulação dessas forças capitalistas seriam asseguradas pela criação e manutenção de outras formas sociais, cujo apoio dar-se-ia nas instituições existentes na sociedade. Somente essas últimas seriam as forças capazes de poder equilibrar e regular a forma instável com que o desenvolvimento capitalista se projeta. Assim em contraste com a perspectiva neo-schumpeteriana, a qual subjuga um quadro sócio-institucional difuso e inespecífico frente a um paradigma técnico-econômico, a perspectiva regulacionista oferece uma autonomia genuína às forças institucionais e preenche suas esferas (institucional e tecnológica) com um conteúdo essencialmente social. Por outro lado, também de modo divergente da perspectiva neo-smithiana, a qual tenta, ainda que de modo superficial, unir os aspectos econômicos e políticos, mas que por fim acaba subjugando os arranjos políticos e institucionais à *mão invisível* do mercado, a abordagem regulacionista percebe esse último como instituições sempre encompassadas por outras instituições limitadoras. Desse modo, essas instituições globais teriam a característica de regular o capitalismo, e cujo papel, baseado nos

Nationales. In: BOYER, R. (ed.) Capitalismes Fin de Siècle. Paris, PUF, 1986b; OMINAMI, C. Le Tiers Monde dans la Crise. Paris, La Découverte, 1986; HIRSCH, J. and ROTH, R. Das Neue Gesicht des Kapitalismus. Hamburg, VSA Verlag, 1986; GORDON, D. Stages of Accumulation and Long Economic Cycles. In: HOPKINS, T. K. and WALLERSTEIN, I. (eds.). Processes of the World System. London, Sage, 1980. pp. 9-45; DAVIS, M. Prisoners of the American Dream. London, Verso, 1985; JESSOP, B. The Capitalist State. Oxford, Martin Robertson, 1982; JESSOP, B. Accumulation Strategies, State Forms, and Hegemonic Projects. Kapitalistate, 10/11, 1983. pp. 89-112; JESSOP, B. Business Organizations and the Rule of the Capital. West European Politics, Vol. 10, 1984. pp. 139-62; JESSOP, B. Der Wohlfahrtsstaat im Uebergang von Fordismus zum Postfordismus. Prokla, 65, 1986. pp. 4-33; JESSOP, B. Neo Conservative Regimes and the Transition to Post-Fordism: The Cases of Great Britain and West Germany. In: GOTTDIENER, M. (ed.). Modern Capitalism and Spatial Development: Accumulation, Regulation and Crisis Theory. New York, Saint Martin's, 1988; BEAUD, M. Le Système National Mondial Hierarchisé. Paris, La Découverte, 1987; KRASNER, S. D. (ed.). International Regimes. Ithaca, Cornell University Press, 1983; HAGGARD, S. and SIMMONS, B. A. Theories of International Regimes. International Organization, Vol. 41, 1987. pp. 491-517; WOLF, K. D. and ZUERN, M. 'International Regimes' und Theorien der Internationalen Politik. Politische Vierteljahresschrift, Vol. 27, 1986. pp. 201-220.

³⁵ cf. BOYER, R. Technical Change and the Theory of Regulation. In: DOSI, G. et. all. (eds.). Technical Change and Economic Theory. London, Pinter, 1988. p. 70.

³⁶ cf. POLANYI, K. The Great Transformation. Boston, Beacon Hill, 1957.

princípios de reciprocidade e cooperação, garantiriam a coesão social através das atividades privadas/individuais³⁷.

Em linhas gerais, o argumento teórico-conceitual da Escola é muito claro: partindo do conceito gramsciano de fordismo, ou seja, a concepção de uma das fases modernas do desenvolvimento capitalista³⁸, seus teóricos procuram identificar, através de um enfoque sócio-histórico, a amplitude deste conceito no âmbito industrial global e, percebem que, este modelo de desenvolvimento capitalista é marcado por um profundo processo de transformação, ao qual denominam de *crise do fordismo*.

No escopo teórico-conceitual da Escola, a história dos últimos cento e cinquenta anos do desenvolvimento capitalista no Ocidente apresenta-se como uma sucessão de fases, cada qual com uma idiossincrasia definida, muito embora não sigam um curso linear perfilado, uma vez que estão submetidas às vicissitudes das lutas sociais. Cada uma dessas fases, denominadas modo de desenvolvimento, está caracterizada por um regime de acumulação e um modo específico de regulação.

O *regime de acumulação* alude a uma série de regulamentos, os quais estabilizam a forma na qual se distribui o produto social de modo a assegurar uma certa adequação entre a transformação das condições de produção e as condições de consumo. Constitui um esquema de reprodução que define a forma de como se reproduz o trabalho social e como se distribui a produção entre os diferentes departamentos em um determinado período histórico. De acordo com os regulacionistas, este regime de acumulação pode assumir formas extensivas, isto é, quando o crescimento do capital se realiza, fundamentalmente, através da extensão da jornada de trabalho, da intensificação do trabalho e do aumento quantitativo da força de trabalho, o que corresponde, todavia, à extração de mais-valia absoluta em determinado *locus* produtivo, onde todavia, primam as técnicas produtivas de tipo artesanal, a produtividade é baixa e prevalecem poucas as possibilidades para o aumento do consumo. Por outro lado, quando o regime de acumulação é predominantemente intensivo e, portanto, baseia-se na geração de mais-valia relativa através de uma inversão crescente em capital constante, criam-se as condições

³⁷ cf. MJÖSET, L. Regulation and the Institutional Tradition. In: MJÖSET, L. and BOHLIN, J. (eds.). Introduksjon til Reguleringskolen. Aalborg, Nordisk Sommeruniversitet, 1985.

³⁸ Cabe aqui ressaltar que, para Gramsci, o termo fordismo haveria de ser concebido não somente para indicar o processo de reorganização produtiva levado a cabo por Ford, mas sim, todavia, suas implicações como um novo modelo social. cf. GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

necessárias a um aumento da produtividade e do consumo de massas. Um regime de acumulação não pode subsistir, nem muito menos reproduzir-se num vazio social, necessitando, pois, materializar-se em formas institucionais, procedimentos e hábitos que exercem coerção ou persuasão sobre os agentes sociais de modo a fazer-lhes aceitar suas premissas. Estas formas são coletivamente conhecidas como um modo de regulação e tendem a fixar tanto o contexto dos comportamentos cotidianos como o marco aceitável em que podem desenvolver-se os possíveis conflitos entre o trabalho e o capital, por um lado, e entre os diferentes capitais individuais, por outro.

Em sua evolução histórica, o capitalismo apresenta dois modos de regulação diferenciados: a) um modo de regulação competitivo, no qual subsiste o controle do processo de trabalho pelo capital e a determinação de preços e salários através do livre jogo da concorrência e, b) um modo de regulação monopolista, baseado no controle da direção científica, em um sistema oligopólico de preços e no estabelecimento da relação salarial através da negociação coletiva entre sindicatos, organizações empresariais e o Estado; modelo este, no qual se regula socialmente o modo de consumo.

As distintas fases ou modos de desenvolvimento do capitalismo, segundo os regulacionistas, se conformam combinando estes pares conceituais: regime de acumulação extensivo/intensivo e os modos de regulação competitivo/monopolista, ao longo do tempo e do espaço.

Deste modo, seguindo as orientações do modelo, estes teóricos enfocam uma periodização do capitalismo, bastante complexa³⁹:

- a) durante quase todo o decorrer do século XIX, predomina um modo de regulação competitiva governado por um regime de acumulação extensivo, o qual se baseia na intensificação do trabalho e numa enorme expansão geográfica do sistema. Não obstante, ao conservar aos trabalhadores uma considerável faculdade de controle sobre o trabalho, em um contexto marcado por uma competência sangrenta entre as empresas, os empresários não se animam a assumir inversões de risco que possam inovar o processo produtivo. Porém, o principal obstáculo para o desenvolvimento reside numa escassa demanda, já que até no início do século XX, a classe operária é capaz de obter os meios necessários para sua reprodução fora do circuito

da produção de mercadorias, geralmente através de seus vínculos com o mundo rural. Em outras palavras, no modo de consumo predominam as relações não-mercantis;

- b) nas primeiras décadas do século XX surge um regime de acumulação de tipo intensivo, como consequência de mudanças técnicas e da introdução dos métodos tayloristas de racionalização do trabalho. Uma vez que este regime, todavia, está condicionado por um modo de regulação competitivo, em termos de relação salarial, o modo de desenvolvimento não logra estabilizar-se, na medida em que não se logra, do mesmo modo, institucionalizar o consumo massivo de produtos que requerem a expansão industrial. Assim, pois, a desproporção entre as instâncias de produção dos meios de produção e de produção de artigos de consumo, passa a se acentuar uma vez que as mesmas forças que revolucionam o processo de trabalho e permitem tecnicamente a produção em massa, são as que reduzem a demanda efetiva, ao restringir o incremento de salários. A contradição entre a crescente produtividade e a regulação de tipo competitivo durante o período entre as duas guerras mundiais conduz, por assim dizer, à crise estrutural de 1930, a qual se define como uma crise de sobre-inversão e subconsumo;
- c) como consequência da luta de classes dos anos 30, emerge um modo de regulação monopolista, o qual permite o pleno florescimento das potencialidades da acumulação intensiva e a resolução das contradições das etapas anteriores, ao criar condições para o consumo de massas. A partir da Segunda Guerra Mundial, se socializa, em boa medida, a distribuição do ingresso através de uma série de mecanismos tripartites entre os representantes do capital, do trabalho e do Estado, através dos quais, regula-se a relação salarial, o sistema fiscal, o gasto público, etc...

Esta terceira fase personifica-se no fordismo, ao que Aglietta definiu como um novo estágio de regulação do capitalismo e do regime de acumulação intensiva, no qual a classe capitalista intenciona em gerir a reprodução global da força de trabalho assalariada através da íntima articulação das relações de produção e mercantis, por

³⁹ cf. BRENNER, R.; & GLICK, M. The Regulation Approach: Theory and History. In: New Left

meio das quais, os trabalhadores assalariados adquirem seus meios de consumo. O fordismo é, pois, o princípio de uma articulação do processo de produção e do modo de consumo que instaura a produção em massa, chave da articulação do trabalho assalariado⁴⁰.

Na realidade esta idéia sintetiza o pensamento central da Escola, o qual procura associar a idéia de que o paradigma industrial fordista constituiu, em determinado momento histórico, a forma hegemônica, mas não exclusiva, de se organizar a produção e o trabalho, no capitalismo. Isto é, o fordismo, enquanto um modelo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas procurou centrar-se em três pontos, quais sejam, a) um paradigma tecnológico ou modelo de industrialização expressos pelo modelo da organização do trabalho; b) um determinado regime de acumulação específico; expresso através de determinados princípios macroeconômicos que estabelecem a compatibilidade entre normas de produção e normas de consumo; e, c) um determinado modo de regulação, expresso nas formas de ajustamento entre os comportamentos individuais e o próprio regime de acumulação.

Estabelece-se a máxima da regulação do desenvolvimento capitalista: um contínuo ajuste entre o consumo massivo e o crescimento da produtividade.

No regime fordista, então estabelecido, as normas relativas às negociações entre sindicatos e empresas de capital privado passam a ser expressão dos princípios tayloristas/fordistas de organização: as empresas buscam aumentar a produtividade por meio da intensificação do trabalho, enquanto os trabalhadores e seus sindicatos procuram incorporar ao salário os ganhos de produtividade. Se estabelece, pois, o que a Escola descreve como o *compromisso social fordista*. Este mecanismo, associado à dinâmica do Estado de Bem-Estar-Social, foi capaz de gerar o chamado ciclo virtuoso do fordismo, sendo então, responsável por um crescimento sem precedentes na história do capitalismo, até basicamente o final da década de 60⁴¹.

Não obstante o seu intenso sucesso, segundo esta Escola, o desenrolar da década de 70 seria o início daquilo que vai se convencionar como marco do enfraquecimento, da crise e fim do modelo fordista de desenvolvimento: a partir deste período o esquema de regulação desse, passa a emitir, de forma mais clara, sinais de

Review, (188), jul.-aug., 1991. pp. 45-119.

⁴⁰ cf. AGLIETTA, M. *op. cit.*, 1979. pp. 93-4.

⁴¹ cf. CORIAT, B. *op. cit.*, 1986.

esgotamento, principalmente por meio da crescente dificuldade em se obter ganhos de produtividade pela via da intensificação do trabalho. Com relação a essa instabilidade decrescente do modelo, Boyer identifica quatro fatores fundamentais que marcam a vinculação do capitalismo fordista a essa crise estrutural⁴²:

- a) em primeiro lugar, a intensa divisão do trabalho no interior das fábricas torna-se um mecanismo essencialmente contraprodutivo. Ao longo das décadas de 60 e 70 percebe-se um decréscimo dos ganhos de produtividade, ao passo que a resistência operária aos excessos do taylorismo, ou administração científica, tende a um aumento progressivo. Por outro lado, observa-se um conseqüente decréscimo dos investimentos, o que acarreta mais ainda um decréscimo da produtividade;
- b) em segundo lugar, a contínua expansão da produção em massa e a busca progressiva de economias de escala cada vez maiores levou a uma crescente globalização da produção e das vendas. Intensifica-se a competição entre os diferentes países e os mercados domésticos são invadidos, tornando a gestão econômica em nível nacional uma atividade progressivamente difícil;
- c) em terceiro lugar, o fordismo leva a um aumento crescente dos gastos sociais, uma vez que a lógica da produção em massa não se aplica aos setores de consumo coletivo, tais como a educação, saúde e serviços. Tal condição estabelece que o custo relativo desses setores tende a um aumento constante, levando, assim, ao desequilíbrio econômico e às pressões inflacionárias nas economias;
- d) e finalmente, os modelos de consumo do trabalhador fordista, economicamente próspero, tendem a mudar de forma gradual. Uma maior variedade e novos valores de uso é demandada e, esses, não podem ser satisfeitos e realizados pelos meios convencionais da produção estandardizada.

Do ponto de vista histórico-social, percebe-se que desde o período marcado pelo final da década de 60 e o início da de 70, dá-se em intensa velocidade, significativas mudanças no panorama econômico mundial. O êxito industrial do Japão

⁴² cf. BOYER, Robert. The Search for Labour Market Flexibility. Oxford, Clarendon, 1988. pp. 199-

e, posteriormente, de outros países do sudeste asiático, supõe uma reordenação dos mercados mundiais, como por conseguinte, toda uma sorte de mudanças relacionadas a nível internacional. Ao mesmo tempo, as inovações tecnológicas, primeiro com a introdução da micro-eletrônica e, logo após, com a biotecnologia e os novos materiais e, as tecnologias de informação implicaram também numa reestruturação crescente nas indústrias de serviços. Toda esta amplitude de mudanças, ainda não suficientemente assimiladas, dá lugar a diferentes tipos de análise e, frente ao desafio de novos competidores, novas indústrias de ponta, novas tecnologias, novas demandas por qualificação, passam a não mais suportar as *velhas* formas de organização do trabalho e da produção.

Muito embora essa crise identificada pelos regulacionistas não seja extensiva a outros setores industriais da sociedade, ela é importante na medida em que toca em extrema profundidade os setores mais importantes da economia como um todo. Isto é, aqueles que respondem de modo significativo às dinâmicas macroeconômicas mais representativas para o fordismo, tal como o caso das indústrias de massa dos setores de bens de capital.

O êxito industrial do Japão, bem como também de outras experiências de vanguarda, tais como a Terceira Itália, o Baden-Württemberg alemão e o Vale do Silício americano, mesmo sendo essas últimas com exceção da primeira, experiências isoladas e singulares, induziu a questionar o sistema sobre o fato de que até que ponto a gestão fordista era universalmente válida, e se a mesma continuava sendo válida, e mesmo eficaz, no Ocidente diante do novo contexto de incerteza e mudança. Indubitavelmente, esta revisão teve o mérito de ampliar o horizonte sobre as múltiplas e diversas vias de gestão e, na medida em que a comparação de distintas experiências nacionais e internacionais permitiram ver a relatividade histórica das configurações organizacionais, e também se pode tomar consciência de que o padrão de relações sociais articuladas em torno do taylorismo/fordismo, tampouco foi capaz de representar, ainda que necessariamente, a *the one best way* no Ocidente.

Embora o fato dessa vertente regulacionista tentar oferecer, como todas as suas correlatas, uma explicação para o fenômeno do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, ela também torna-se um alvo de contundentes críticas⁴³. Não obstante

203.

⁴³ cf. SAYER, A. and WALKER, R. The New Social Economy: Reworking the Social Division of Labour. Oxford, Blackwell, 1992.

a essas restrições o trabalho da Escola, em nosso entender, dentre as vertentes críticas do pós-fordismo, por nós até aqui apresentadas, é a que oferece um entendimento mais amplo do problema. Ao escapar das armadilhas dos determinismos tecnológicos e de mercado, ela projeta sobre um grande, fértil e complexo campo, que é o da ação social dos atores, os verdadeiros sujeitos de sua própria transformação. Além disso, a Escola da Regulação tem o mérito de não encerrar em si mesma o tão propalado fim da história. Ainda sim, enquanto as vertentes neo-schumpeteriana e neo-smithiana se preocupam em demonstrar que os paradigmas da tecnologia da informação e da especialização flexível constituem-se como produtos semi-acabados da era pós-fordista, os regulacionistas vão além e demonstram que a história do capitalismo, a história dos homens, não está totalmente formulada e acabada. Muito pelo contrário, ela é ainda uma obra inacabada que necessita ser escrita e revista por muitos outros autores e co-autores, atores e sujeitos de sua própria história. Todavia, esquecem de um fator fundamental: essa própria história é ao mesmo tempo causa e consequência da própria ação dos homens, e que as classes sociais nela existentes exercem um papel central. Relegaram a um segundo plano as palavras do velho e bom inspirador Marx, segundo o qual a referida luta de classes constitui-se como o próprio *motor* da história.

I.2 – Uma Alternativa Analítica: O Modelo Produtivo em Busca da Coerência...

Uma vez que as propostas de análise da transformação do sistema produtivo contemporâneo encerram, de modo exclusivo, suas reflexões sobre um elemento central, ou seja, a tecnologia, o mercado, e as instituições, uma outra vertente de pensamento, também de origem neo-marxista, se estabelece e procura, de forma crítica, reestruturar a forma de pensar a transição do fordismo de modo mais amplo,

na qual os elementos do foco isolado das outras Escolas são pensados de modo conjunto e integrado⁴⁴.

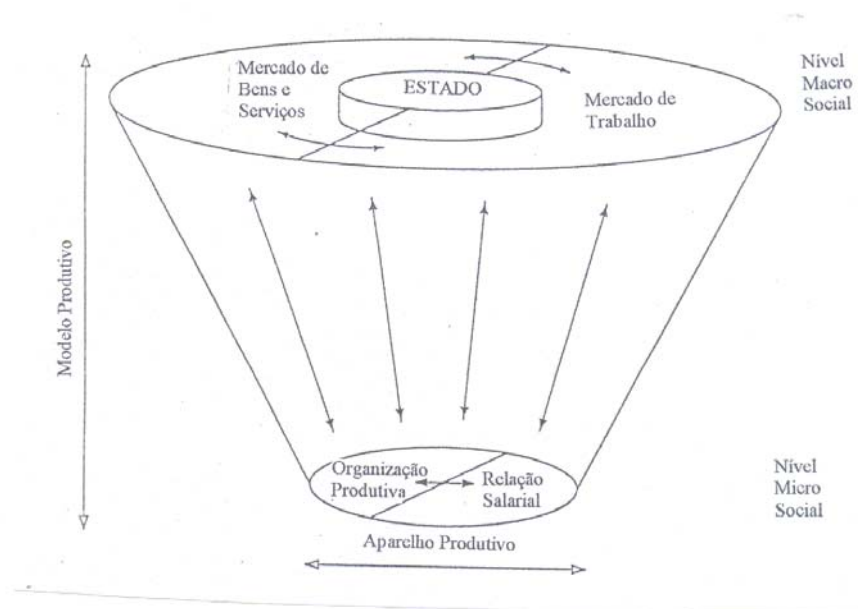
Essa corrente após-fordista francesa (*après-fordisme*), organizada em torno das contribuições críticas de Robert Boyer, um economista regulacionista, e de Jean-Pierre Durand, um sociólogo da linha marxista, e de seus colaboradores⁴⁵, vai ter como característica principal a preocupação com o equilíbrio metodológico para a investigação das forças produtivas do capitalismo. Assim de modo diverso da maioria das diferentes correntes e vertentes pós-fordistas, os autores, de modo antagônico aos seus predecessores, vão procurar atribuir um peso distribuído às diversas variáveis técnicas e sociais do processo de seu processo de transformação. Por outro lado, vão estabelecer a preocupação de levar a cabo uma *démarche* de natureza diacrônica, ou seja, aquela na qual o capitalismo não vai ser visto de forma conexa com seus acontecimentos contemporâneos, mas sim como o seu próprio produto e causa. Destarte, essa metodologia ao ponderar sobre o desenvolvimento das forças produtivas, vai relacionar de modo integrado e interrelacionado os diferentes níveis micro-sociais (a situação do trabalho, da empresa, etc...) e macro-sociais (o mercado dos bens ou do trabalho, o papel do Estado, etc...), não deixando pois, de lado, o relevante papel das diferentes classes e camadas sociais na composição dos esforços e compromissos do desenvolvimento capitalista. Torna-se bastante relevante, nessa Escola Após-fordista, uma variável contundentemente negligenciada ou mesmo esquecida pelas outras interpretações pós-fordistas.

Isto posto e, de modo a dar conta de sua análise, os autores vão conceber o modo de desenvolvimento das forças capitalistas segundo a ótica da *coerência do modelo produtivo*.

⁴⁴ cf. BOYER, R. et DURAND, J. -P. *L'Après-Fordisme*. 1ère édition. Parys, Syros, 1993; BOYER, R. et DURAND, J. -P. *L'Après-Fordisme*. 2ème édition. Parys, Syros, 1998; BOYER, R. et DURAND, J. -P. *After Fordism*. London, MacMillan, 1997.

⁴⁵ cf. DURAND, J. -P. et MERRIEN, F. -X. (Dir.). *Sortie de Siècle: La France en Mutation*. Paris, Vigot, 1991; DURAND, J. -P. (Dir.). *La Fin du Modèle Suédois*. Paris, Syros, 1993; DURAND, J. -P. (Dir.). *Vers un Nouveau Modèle Productif?*. Paris, Syros, 1993; DURAND, J. -P. (Dir.). *Le Syndicalisme au Futur*. Paris, Syros, 1996; DURAND, J. -P., STEWART, P., et CASTILLO, J. J. (Dir.). *L'Avenir du Travail à la Chaîne: Une Comparaison Internationale dans l'Industrie Automobile*. Paris, La Découverte, 1998; BOLLIER, G. et DURAND, C. *La Nouvelle Division du Travail*. Paris, L'Atelier, 1999.

Figura I
Abordagem Global do Modelo Produtivo



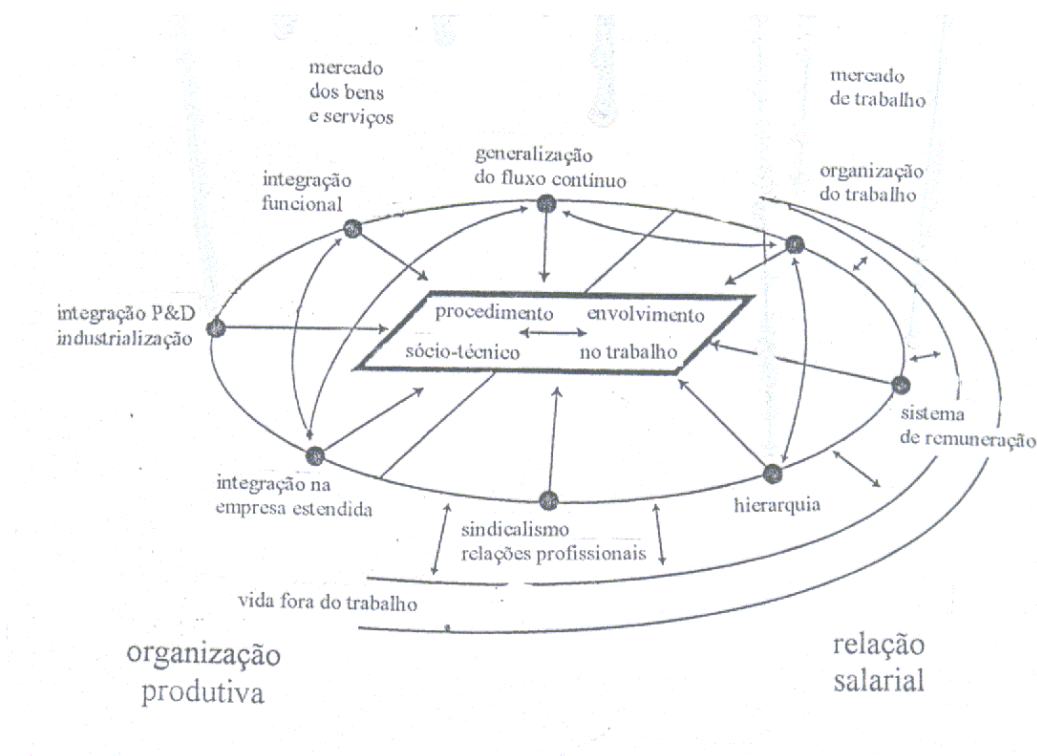
Fonte: BOLLIER, G. et DURAND, C. 1999. p. 31

O conceito de modelo produtivo estaria relacionado à idéia do conjunto de paradigmas postos em prática ao nível macro e micro-social, bem como a organização de suas inter-relações (Fig. I).

Segundo os autores, embora o conceito de modelo produtivo tenha uma característica bastante aproximada, ou mesmo sinônima, do conceito de sistema produtivo, esses não devem ser confundidos. O primeiro refere-se exclusivamente ao arranjo intrínseco dos paradigmas, ao passo que o último refere-se a um encaixe de sistemas e sub-sistemas interrelacionados entre si e, cujo funcionamento é relegado à imposição das lógicas do sistemas superiores aos inferiores. De modo diverso, no conceito de modelo produtivo os paradigmas postos em práticas, em todo e qualquer nível, podem influir na coerência do modelo e impor suas transformações (descoberta, substituição ou modificação) aos outros paradigmas existentes⁴⁶.

⁴⁶ cf. DURAND, J. -P. Le Nouveau Modèle Productif. In: BOLLIER, G. et DURAND, C. La Nouvelle Division du Travail. Paris, L'Atelier, 1999. p. 29-30.

Figura II
A Coerência do Aparelho Produtivo



Fonte: BOLLIER, G. et DURAND, C. 1999. p. 31

A idéia da coerência do modelo estaria diretamente relacionada ao movimento das ações que lhe dão estabilidade e consistência. Desse modo, quanto maior a coerência encontrada pelo modelo, maior a sua eficácia. Esse argumento, visto pelo ângulo de seu funcionamento permite afirmar que quanto maior a coerência do modelo produtivo, maior será a sua tendência histórica a suprimir outros modelos existentes cuja coerência e eficácia são comparativamente diminutas⁴⁷.

Em seu conjunto, o modelo produtivo agrega outros elementos constitutivos e fundamentais ao seu funcionamento, tanto em seu nível micro como macro-social (fig. I).

Em seu nível micro-social, aqui concebido como o aparelho produtivo, o modelo é formado pela relação estreita e integrada entre a organização produtiva e a relação salarial.

⁴⁷ *Ibid.*

A organização produtiva seria formada pelos procedimentos sócio-técnicos, os quais são uma resultante da influência dos mercados dos bens e dos serviços e pelo mercado das tecnologias disponíveis, que não cessam de ser continuamente transformadas pelo progresso técnico e pelas relações sociais que lhe são inerentes. Essa organização produtiva é composta de quatro diferentes dimensões, as quais tem como objetivo garantir sua eficácia.

- a) a primeira é dada pela *integração entre pesquisa e desenvolvimento* (P & D) e a industrialização. Com o advento da economia aberta à competição o Estado, cuja função anterior era garantir essa relação de sustentação e apoio, perde seu papel central. Assim, a função dessa dimensão é procurar garantir de modo rápido e preciso a proposição de novos produtos nos mercados competitivos;
- b) a segunda, reside na *integração funcional das empresas*. Com o intuito de garantir e manter sempre elevada a eficácia do aparelho produtivo, tanto em termos de custo, qualidade e produtividade, as empresas buscam as chamadas *reorganizações de fundo* de natureza sócio-técnica. Essas visam a eliminação da separação clássica entre os serviços e as funções dos processos produtivos, bem como o recurso às tecnologias de informação e da comunicação. A engenharia simultânea constitui-se como uma dessas vias de integração, bem como a aproximação dos serviços de produção e comercialização, a mobilização dos trabalhadores em torno de um projeto comum e do aumento das competências no trabalho;
- c) a terceira, na chamada *integração da empresa estendida ou reticular*. Isto é, as relações entre os demandantes e os fornecedores passam a ser estruturadas como um sistema de satélites que tende a se escalonar em diversos níveis descendentes. O objetivo desse tipo de prática reside na redução dos custos pela externalização das funções industriais (fabricação, industrialização, concepção, etc...). Ainda sim esse tipo de integração é complementada com integração funcional nas empresas, o que aumenta de forma significativa a complexidade global da organização produtiva;
- d) a quarta e última dimensão, refere-se à *generalização do fluxo contínuo*. Esse tipo de fluxo emergente dos princípios da produção enxuta não objetiva somente a redução dos estoques, mas sim a mobilização intensiva dos trabalhadores na pesquisa contínua das causas das disfunções e da

origem dos estoques na linha de produção. Por outro lado, o fluxo contínuo permite regular a intensidade do trabalho de forma melhor adequada, além de garantir uma relativa redução da linha hierárquica e uma conscientização ilusória, nos trabalhadores, de uma maior autonomia no trabalho.

A segunda componente do aparelho produtivo seria a relação salarial. Essa possui quatro componentes principais - a organização do trabalho, as relações hierárquicas, o sistema de remuneração e a natureza das relações sindicais -, cuja resultante é o maior ou menor envolvimento do trabalhador na atividade do trabalho. Essa implicação é vista como um importante fator de eficácia do trabalho na relação com a organização produtiva. Suas componentes são assim entendidas:

- a) a *organização do trabalho* é uma componente dependente das exigências técnicas da organização produtiva e das qualificações disponíveis sobre o mercado de trabalho;
- b) as *relações hierárquicas* são uma componente que guarda uma estreita dependência da cultura da empresa e com o mercado de trabalho;
- c) o *sistema de remuneração* aparece como uma ferramenta técnica a qual representa uma política da empresa, em estreita relação com o mercado de trabalho (nível das remunerações, efeito do mercado de trabalho local/nacional/internacional, grau de segmentação, formas de emprego, modos de flexibilidade interna e externa, etc...);
- d) a *natureza das relações sindicais* refere-se a todo o conjunto das ações e memória histórica local ou nacional do movimento sindical e ao papel do Estado nas relações profissionais, aí incluídas, o nível de intervenção, as taxas de sindicalização, o nível da capacidade reativa dos sindicatos, o grau de representatividade, o nível de organização de compromissos produtivos, etc...

Portanto, de modo análogo ao funcionamento geral do *modelo*, a eficácia do *aparelho produtivo* está diretamente relacionada ao resultado da coerência ou o melhor arranjo encontrado pela contraposição dos paradigmas da organização produtiva e da relação salarial.

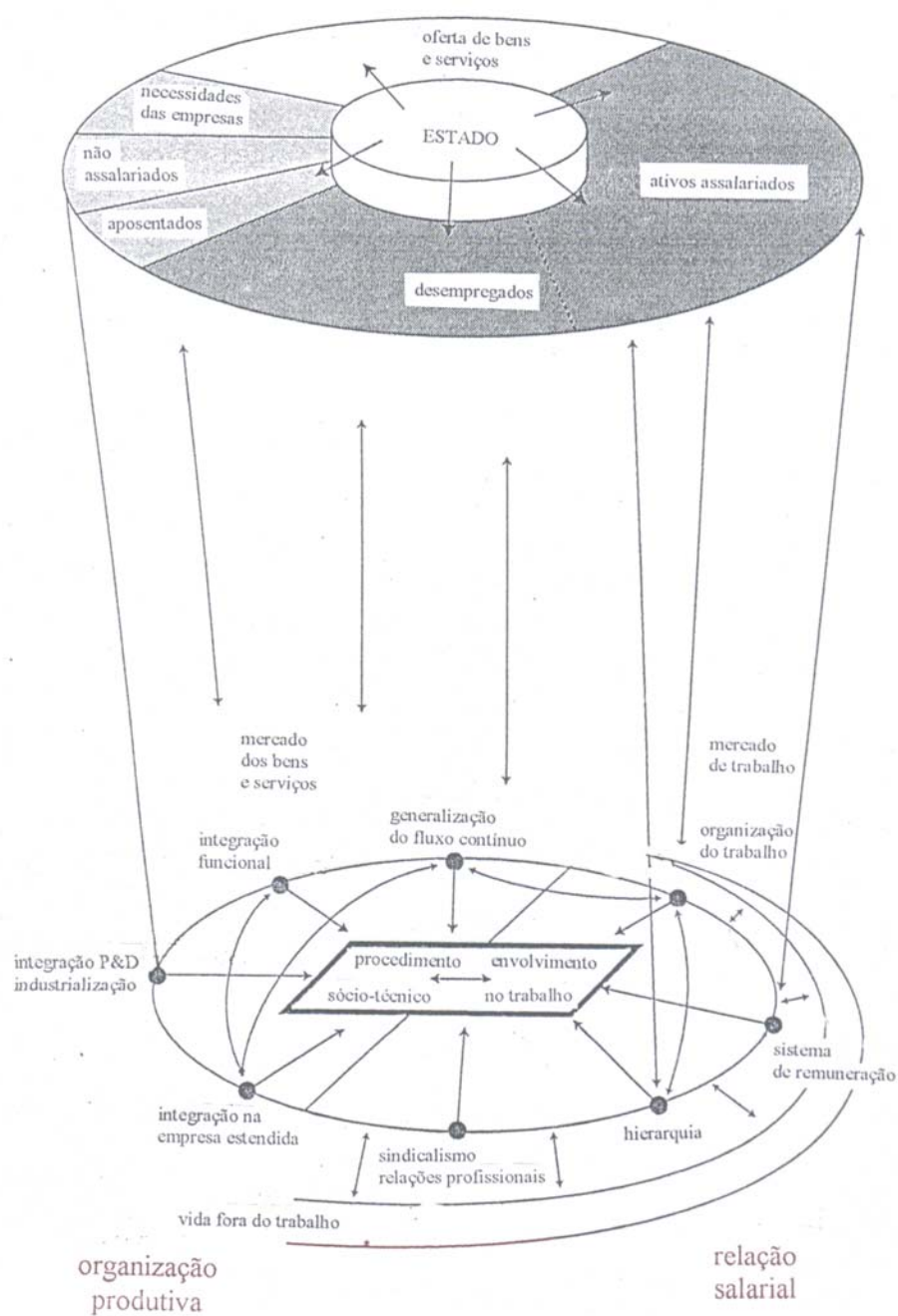
O *mercado dos bens e serviços*, uma das dimensões mais importantes desse nível, compreende a oferta e a demanda que lhe são inerentes. A oferta é uma variável que funciona em relação direta com a organização produtiva do nível micro-social. A esse mercado estaria relegado o papel de impulsionar a circulação das mercadorias, seja pela intensiva troca entre a oferta dos bens e serviços produzidos e a demanda oriunda das empresas e da população consumidora.

O *mercado de trabalho*, que congrega em si a grande massa da oferta de trabalho e de emprego, é em grande parte dependente da conjuntura econômica, da demanda de bens e serviços e da demanda do aparelho produtivo.

O *Estado*, por sua vez, teria um papel central nesse nível e atua no papel de coordenador e regulador das ações empreendidas em relação aos mercados. Em relação ao mercado de bens e serviços esse realiza um importante papel em assegurar a oferta, na sustentação da pesquisa pura e aplicada, da pesquisa e do desenvolvimento orientada às empresas, da organização do território e suas influências sobre os bens e serviços (custo, disponibilidades dos bens e serviços), da organização das políticas monetárias (volume monetário interno, política de câmbio), da gestão da política fiscal e tributária, do controle sobre a desregulamentação econômica, e da organização das empresas e de seu posicionamento nos mercados. No lado da demanda dos bens e serviços, percebe-se suas ações também no que concerne à distribuição dos benefícios indiretos (educação, saúde, política social, etc...), bem como nas práticas mais gerais de fixação de níveis salariais de fomento ao emprego, bem como outras de natureza reguladora.

Assim, descritos todos esses elementos, caberia compreender de modo final o funcionamento do modelo. Tal como se pode perceber no esquema apresentado (figura IV), a eficácia do modelo seria dada pela coerência encontrada entre essas dimensões componentes, frente a todo e qualquer paradigma histórico. Assim esse ajuste interno das forças sociais e técnicas para a busca da coerência do modelo seria a determinante maior das diversas formas também sociais e técnicas da produção, que são manifestas através de novas tecnologias de produção, novas formas e tipos de empresas e organizações, novas tecnologias de gestão dos recursos - técnicos, financeiros, humanos, etc... da produção, novas formas de racionalização da produção e do trabalho, novas formas de organização do trabalho, novos *compromissos* entre o capital e o trabalho, novas formas de sindicalismo e relações profissionais, bem como muitas outras de mesma natureza.

Figura IV
Representação Metafórica do Conceito de Modelo Produtivo



Fonte: DURAND, J.-P., *op. cit.* In: BOLLIER, G. & DURAND, C. 1999. p. 40

Descrito, esse modelo teórico, a interpretação que os autores dão para a grande transformação capitalista é assim evidenciada: a crise do modelo produtivo fordista estaria relacionada a uma crise geral de sua auto-regulação e equilíbrio, ou para ser ser mais preciso, com a perda de coerência do modelo produtivo até então estabelecido.

As crises do modelo capitalista de desenvolvimento que se apresentam desde a primeira revolução industrial, muito antes de crises relacionadas com as variações dos ambiente econômicos nacionais e internacionais, apresentam-se como distorções de longo prazo, inerentes à sua dinâmica, que desestabilizam seu sistema produtivo. Essa seria uma crise de natureza muito mais endógena, interna, do que propriamente uma causa exógena, tal como prevista pelos regulacionistas. Para os após-fordistas, o sistema capitalista, de modo análogo ao percebido por Marx, constitui-se como um sistema de tendência autofágica, ou seja, ao buscar seu próprio desenvolvimento as dinâmicas internas do sistema colocam-no em constante perigo, fato esse que desencadeia suas crises estruturais. Assim, para fugir dessas crises o sistema deslancharia toda uma sorte de reações sobre seus mecanismos técnico-econômicos e sociais internos e externos de modo a buscar uma nova complementaridade e coerência, visando assim sua estabilização⁴⁸. Dessa forma, explicam-se as grandes crises do sistema capitalista e os seus mecanismos de reforma, destinados a torná-los como unidades estruturalmente estáveis.

Destarte, a configuração fordista do pós-guerra constitui-se como o caso central. Percebido como um modelo produtivo destinado a regular a crise de seu modelo antecessor e garantir a esse uma nova forma estruturalmente estável, constitui-se como uma *rede de interdependências* que procura organizar-se em um conjunto coerente de princípios de organização produtiva e de relação salarial. Essa forma, garantiria ao sistema a perfeita coerência e o equilíbrio necessários a mantê-lo em funcionamento, e cujos objetivos de base resumir-se-iam fundamentalmente em quatro⁴⁹:

- a) uma redução contínua, através da racionalização, dos tempos operatórios elementares, graças a uma mecanização *empurrada*, sincronizando os fluxos produtivos;

⁴⁸ cf. BOYER, R. et DURAND, J. –P. L'Après-Fordisme. Paris, Syros, 1998. p. 12.

⁴⁹ *Ibid.* pp. 14-5.

- b) a existência de uma estrita hierarquia entre a concepção, depois a organização da produção e, a venda;
- c) uma baixa relativa dos preços para o desenvolvimento do consumo de massa, e;
- d) uma reserva da parte estável da demanda de modo a garantir aos pequenos produtores a demanda de produção em pequenas séries e produtos diferenciados.

Esse modelo constitui-se como um paradigma de tipo sócio-técnico, que se preocupa constantemente com o equilíbrio das entradas e saídas de seu sistema e, aqui, vistas em termos da sua oferta e da sua demanda. Assim ele é percebido como um círculo virtuoso instalado sobre a dicotomia produção de massa/consumo de massa. Por outro lado, esse círculo virtuoso que garantiria sua estabilidade seria sustentado pela afirmação de um compromisso salarial intrínseco a seu desenvolvimento, que nesse caso, implicaria na aceitação da racionalização e da mecanização e da institucionalização de uma fórmula salarial, destinada a garantir uma progressão do nível de vida em sintonia com a dinâmica da produtividade do sistema.

A crise recente do modelo, que ora se apresenta, é identificada com a sua crise da regulação. Seu elemento gerador estaria associado com os fatores internos de desenvolvimento que levam o modelo ao seu sucesso. Em outras palavras, as economias industrializadas caracterizam-se pelo fomento à inovação, pela sucessão de crises econômicas, pela expansão do espaço geográfico dos mercados e por uma internacionalização da produção. Essas tendências vão conduzi-las, do seu pleno sucesso, a um progressivo esgotamento dos potenciais de expansão do modelo produtivo, bem como de seu modo de regulação. Assim, o fordismo encontraria nas suas soluções de desenvolvimento os elementos que o tornariam essencialmente contra-produtivo. Essa tendência que recai exclusivamente sobre a organização produtiva e a relação salarial são assim percebidas:

- a) em primeiro lugar, a forma de racionalização destinada a desenvolver o sistema torna-se um mecanismo contra-produtivo. As formas de se racionalizar e mecanizar a produção geram uma insuficiente mobilização dos saberes operários, uma crise do trabalho, uma sub-utilização do capital e uma rigidez do sistema, o que acarreta uma diminuição da produtividade

do trabalho e deterioração da produtividade global. O princípio de conceber, produzir e organizar criam custos importantes de mudança de modelo bem como uma lentidão de reações à conjuntura, que determinam ao modelo uma incapacidade de responder a um mercado mutante em volume e composição. A idéia de produção nos moldes do sistema *just-in-case* acabam por gerar uma insuficiente diversificação e acarretam uma lenta capacidade de reação e, por outro lado o princípio da produção de bens estandardizados de qualidade média a um custo decrescente levaria a uma negação da diversificação e das exigências de qualidade sobre os mercados em vias de renovação;

- b) em segundo, os princípios da organização fordista da produção tornam-se extremamente limitados aos avanços da economia e do mercado. A produção em série aplicada à grande empresa face a uma demanda incerta e a automação flexível acarretam importantes perdas de parcelas de mercado. A rígida centralização do sistema de decisões acaba por gerar atrasos em reações importantes e incapacidades de controle da informação, o que leva a uma crise do modelo de gestão, ineficácia e inchamento das hierarquias intermediárias. A integração vertical da empresa suscita problemas de controle e de organização e desestabilização pelas novas técnicas, o que conduz a uma perda de controle do processo de inovação. As relações de sub-contratação, por sua vez chegam aos seus limites, gerando insuficientes investimentos em P&D e formação profissional, o que acarreta uma deterioração das relações grande empresa/subcontratantes.
- c) por último, a relação salarial fordista cujas forças ou pontos de atratividade acabam por se transformar em fraquezas potenciais para o sistema. A rígida divisão do trabalho e a especialização extrema geram aumentos de custos de controle e de organização, a recusa da disciplina fordista (absenteísmo, rotação da mão-de-obra, etc...), a rigidez na alocação de tarefas, acabam por levar a uma crise do trabalho e da produtividade. A polarização do trabalho na hierarquia, gerando a perda (ou não-utilização) dos saberes operários e as tensões internas nas empresas, acaba por estabelecer uma incapacidade no controle das novas máquinas e equipamentos eletrônicos. O controle hierárquico e as incitações financeiras, conduzem à recusa das novas gerações (melhor formadas e com diferentes aspirações

profissionais) ao sistema, o que desencadeia tensões sobre os custos e à queda de rentabilidade.

Isto posto, visto que as forças que davam coesão ao fordismo acabam por desmantelá-lo, o sistema haveria de encontrar uma saída: afirmação de sua morte ou emergência de um novo sistema alternativo.

Essa segunda via, na opinião dos autores proclama-se como vitoriosa e é percebida na década de 60 nos países onde o fordismo encontrava-se implantado com uma maior força, nos países nórdicos, nos Estados Unidos e na Alemanha. Nesses desenham-se modelos de produção alternativos ao fordismo e cuja composição de forças no aparelho produtivo é profundamente alterada de modo a garantir novas configurações técnicas e sociais de trabalho, mais livres da rigidez estrutural de seu antecessor. Todavia, a real crise do sistema só vai ser percebida à partir dos grandes choques macro-econômicos dos anos 70, que coincidem com as duas crises do petróleo. Esse movimento vai difundir a crise do modelo fordista de produção, muito embora o sistema lute por sua sobrevivência e ainda se encontre soluções de minimização dessa, que se dão com os processos de exportação do fordismo, ou desindustrialização dos países centrais, e experiências parciais de flexibilização salarial nos complexos fordistas.

Não obstante, a década de 80, em toda a sua extensão, vai representar bem essa idéia da busca de um modelo substituto ao paradigma em crise uma vez que nela se denota um reconhecimento tardio do papel da organização produtiva. Nela difunde-se, à partir da imposição de uma nova ortodoxia estabelecida e através de um longo processo de ensaios e erros, toda uma sorte de mecanismos de gestão alternativos e fundados na difusão da aprendizagem organizacional, de desenvolvimento das competências de base e de arquitetura organizacional destinados a estabelecer a performance e a competitividade a um médio e longo prazo.

Mais adiante, a transição das décadas de 80 e 90 é que vai realmente anunciar a legitimação da instalação de um novo paradigma produtivo. Nesse período vai se apresentar uma toda uma série de princípios de organização e de relação salarial cujo objetivo vai se constituir como uma solução aos limites do fordismo, sendo assim vistos:

- a) no conjunto de princípios: otimizar a produtividade global dos fatores (equipamentos, trabalho, matérias-primas, estoques, etc...); integrar

pesquisa, desenvolvimento, organização da produção e rede de vendas; produzir apenas o que se vende, em função de uma observação contínua e detalhada dos mercados; produzir bens diferenciados de qualidade elevada e a custos decrescentes.

- b) na organização produtiva: inserção da demanda no processo produtivo – produção de massa de produtos diferenciados; descentralização completa das decisões relativas à produção e redução da hierarquia intermediária; inserção em redes e operações de parceria afim de beneficiar os ganhos de especialização e de coordenação; ampliação temporal dos contratos de subcontratação como forma de promover a qualidade e a inovação.
- c) na relação salarial: recomposição das tarefas de produção, manutenção, controle da qualidade e gestão; sinergia entre um nível mínimo de educação e uma formação profissional, de modo a maximizar a competência; política de recursos humanos voltada para o desenvolvimento da lealdade e da competência dos trabalhadores.

Assim, esses princípios mais o aparelho produtivo, ou em outras palavras, os princípios mais a configuração da organização produtiva e a relação salarial vão entrar em sinergia, se confrontando entre si, de modo a gerar um novo modelo produtivo dotado de uma nova e maior estabilidade estrutural.

Em relação a esse ponto, tal como observam os autores, a coerência e a viabilidade dos novos princípios estaria diretamente associada e dependente do nível de mudanças sobre a relação salarial, ou de modo mais específico, sobre a própria gestão dos recursos humanos nas empresas, pois uma vez que o objetivo é de otimizar dinamicamente o uso das competências, não resta dúvidas de que o controle hierárquico taylorista deve ser deixado de lado em substituição a uma nova equipe de trabalho com um líder, de uma quase-integração vertical e de um desenvolvimento das redes de subcontratados, de modo a desenvolver os produtos e os novos procedimentos gerenciais. Todavia, é a própria relação salarial que deve ser recomposta, uma vez que não são mais as tarefas que determinam o status e a remuneração do trabalho mas, muito pelo contrario, a competência, a lealdade, e a vontade de se engajar em um processo de inovações permanentes⁵⁰.

⁵⁰ *Ibid.* p. 35.

Nesses moldes, o novo modelo produtivo é viabilizado combinando esses diversos efeitos estruturais da produção, fato este, que lhe garante uma melhor forma de responder às imposições externas com uma utilização mais eficaz das competências dos trabalhadores e dos equipamentos.

É sobre esse aspecto que essa corrente após-fordista encontra um dos pontos centrais de sua argumentação: as crises endógenas que tensionam e essas transformações que impulsionam o modelo fordista de produção nada mais estariam suscitando do que um simples rearranjo de forças do sistema. Em outras palavras, a busca de coerência do modelo, muito anteriormente a uma ruptura com os princípios passados, nada mais seria do que uma transformação-adaptação do sistema produtivo atual sob o imperativo das necessidades advindas da crise da acumulação. Assim, o novo modelo produtivo nada mais seria do que um grande esforço de refinamento dos princípios fordo-tayloristas⁵¹. No sentido da leitura marxista, que lhe dá a devida sustentação e suporte, esse estaria na ordem direta de um reforço estrutural da dominação do capital sobre o trabalho, muito antes do que todo um desenvolvimento de uma nova autonomia libertária e humanitária dos indivíduos no trabalho, tal como assim viram os pós-fordistas neo-smithianos.

Essas transformações, na opinião dos autores estaria livre da *tradicional one best way taylorista* e muito distante, também, do determinismo da melhor organização produtiva. Assim é afastado o credo da organização científica do trabalho, segundo o qual em cada grande período histórico existiria uma única configuração ótima para o sistema produtivo. Muito pelo contrário, acreditam os autores, o novo modelo produtivo estaria isento desses determinismos mas, todavia, seria o resultado de fatores de natureza social, vistos pelo ângulo das configurações institucionais, macro-econômicas, no qual o modelo se insere, e na sua capacidade de enfrentar as incertezas, as inovações, e na sua resistência face às mutantes ameaças ambientais.

Os novos modelos produtivos que ora surgem não são o fim da história. Muito pelo contrário, são movimentos sociais advindos do próprio movimento histórico dos homens e, cuja história, ainda muito se tem por revelar, para ser realizada e escrita...

* * *

⁵¹ *Ibid.* p. 68.

A teorias apresentadas levou-nos a perceber não somente a amplitude, e a riqueza, mas também a grande controvérsia do debate. Todavia, uma conclusão sob a forma de um questionamento deve ser tirada: como pensar o conjunto das transformações recentes sem que os fatores sociais sejam negligenciados, o que nenhuma dimensão seja vista de forma isolada? Esse talvez seja o grande desafio encarado pelas teses apresentadas e, de certa forma, é o nosso desafio nesse trabalho. Portanto, esse capítulo serviu para identificar o nosso marco teórico através do qual vamos explicar o nosso objeto de tese. Assim, nos capítulos que se seguem, utilizando como referencial teórico a tese da coerência, vamos discorrer sobre como o fenômeno contemporâneo da participação dos trabalhadores – jocosamente visto nesse trabalho como o surto de uma democracia industrial necessária -, vai ser entendido como um dos esforços necessários ao ajuste das forças internas do novo modelo produtivo. Em outras palavras, uma força a ele *necessária*: uma nova racionalização do trabalho.